

Socorro para o SUS chega em junho

Descentralização do sistema, a condição para empréstimo do Bird e do BID

O GLOBO

15 MAI 1996

Silvia Faria

• **BRASÍLIA.** O Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) vão aprovar, no próximo mês, empréstimo de US\$ 600 milhões ao Tesouro Nacional para a reestruturação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Como condição para receber os recursos, o Governo brasileiro assumirá o compromisso de descentralizar o sistema, seja através da privatização de hospitais e postos de atendimento ou da transferência da administração para a esfera do Governo local (estadual ou municipal).

O Banco Mundial vem direcionando seus recursos prioritariamente para a reforma do Estado, investindo nas reformas estruturais, a partir da constatação da falência dos sistemas públicos.

No caso do SUS, os US\$ 600 milhões serão usados na compra de equipamentos, no treinamento profissional e na reorganização institucional. O objetivo é equi-

par e modernizar o sistema hospitalar e entregá-lo a uma administração descentralizada. Isso porque a filosofia do organismo é de que o Estado administra mal quando centraliza. A idéia do SUS é justamente esta descentralização apesar de que o projeto, em grande parte dos municípios, não vem tendo um bom desempenho. As fraudes continuam e falta o controle da comunidade, previsto na implantação do projeto. Outro problema é que alguns municípios acabam sobrecarregados atendendo pacientes de outras localidades.

O Governo deve deixar o papel de executor e assumir ações normativas e fiscalizadoras.

Técnicos da Saúde viajam aos EUA semana que vem

Na próxima semana técnicos do Ministério da Saúde irão a Washington, onde fica a sede do Bird e do BID, a fim de negociar os termos do empréstimo, que será levado à aprovação da diretoria dos bancos em meados de junho

— no caso do Bird, no dia 16. Depois de aprovado, o financiamento poderá ser prontamente liberado, para aplicação no segundo semestre do ano.

O Tesouro Nacional será o tomador do empréstimo e se encarregará do repasse dos recursos. Como os demais financiamentos dos organismos, o prazo de pagamento será de 20 anos, com cinco de carência. Os juros ficam entre 6,7% e 6,8% ao ano, repactuados semestralmente.

Além do empréstimo ao SUS, o Bird está trabalhando em conjunto com o Governo para outras reformas estruturais, sempre com o objetivo de estimular a descentralização e a privatização.

O Rio de Janeiro, por exemplo, saiu na frente para se beneficiar dessa possibilidade, negociando com o organismo investimentos na reforma do Estado.

O Governo negocia também a reestruturação dos sistemas rodoviário, financeiro, de energia elétrica e de distribuição de gás, entre outros. ■